

ACTA Nº 1/2017

--*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete na sede da Sociedade Recreativa Valcavalense, em Vale de Cavalos.* -----

--*Aos vinte e quatro dias, do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se a **Sessão Ordinária**, da Assembleia Municipal de Chamusca, sob a presidência do Senhor Dr. Francisco José Velez, tendo como primeiro Secretário Pedro Miguel Martins Braz, verificando-se a ausência de Alexandra Isabel Pratas Dias, segundo Secretário, convocada nos termos do nº 1, do artigo 27º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a catorze de fevereiro de dois mil e dezassete, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:* -----

-----**DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO**-----

--*1. Relatórios de Atividades do Executivo Municipal Relativos aos Meses de Dezembro/2016 e Janeiro/2017 – Apreciação;* -----

-----**DOCUMENTOS / APROVAÇÃO**-----

--*2. Serviço de Planeamento Urbanístico: Relatório de Monitorização de operação de Reabilitação Urbana ARU1 e ARU2 da Chamusca – Análise e Aprovação;* -----

--*3. DUPOA: Correção Material ao Loteamento com Alvará nº 10/96 – Passagem do Domínio Público para Domínio Privado do Município – Loteamento Quinta da Coutada/Chamusca – Análise e Aprovação;* -----

- 4. *Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro, nº 15 do Artigo 49º - Prestação de Serviço para Aquisição de Vigilância e Segurança no Edifício dos Paços do Concelho – Análise e Aprovação; -----*
- 5. *Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro, nº 15 do Artigo 49º - Aluguer Operacional e Integrado para Prestação de Serviço de Outsourcing de Impressão – Análise e Aprovação; -----*
- 6. *Regulamento de Organização dos Serviços Municipais – Análise e Aprovação; -----*
- 7. *Contratos Interadministrativos – Análise e Aprovação: -----*
- a) *Contrato 2017-1 entre Município da Chamusca e União de Freguesias de Parreira e Chouto; -----*
- b) *Contrato 2017-1 entre Município da Chamusca e Freguesia de Vale de Cavalos; ---*
- c) *Contrato 2017-3 entre Município da Chamusca e Junta de Freguesia de Carregueira; -----*
- d) *Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Chamusca na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo no Âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros; -----*
- 8. *Protocolos de Colaboração Administrativa e Financeira – Análise e Aprovação: ----*
- a) *Protocolo nº 84/2016 entre Município da Chamusca e União Desportiva de Chamusca; -----*
- b) *Protocolo entre Município da Chamusca e Agrupamento de Escolas da Chamusca – Ação Social Escolar – Verbas de Apoio para Aquisição de Material Escolar aos Alunos*

- Subsidiados – Ano Letivo 2015/2016; -----*
- c) Protocolo nº 51/2017 entre Município da Chamusca e Agrupamento de Escolas da Chamusca – Ação Social Escolar – Verbas de Apoio para Aquisição de Material Escolar aos Alunos Subsidiados – Ano Letivo 2016/2017; -----*
- d) Protocolo nº 52/2017 entre Município da Chamusca e Grupo Desportivo da Parreira; -----*
- e) Adenda nº 2 – Protocolo nº 1/2016 entre Município da Chamusca e Agrupamento de Escolas da Chamusca; -----*
- f) Adenda nº 2 – Protocolo nº 6/2016 entre Município da Chamusca e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Chamusca; -----*
- g) Adenda – Protocolo nº 41/2016 entre Município da Chamusca e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Chamusca;*
- 9. Protocolos de Cooperação – Cedência de Utilização de Instalações – Análise e Aprovação: -----*
- a) Protocolo nº 50/2017 entre Município de Chamusca e União de Freguesias de Parreira e Chouto; -----*
- b) Protocolo nº 53/2017 entre Município da Chamusca e ADAP – Associação de Desenvolvimento da Aldeia do Pinheiro Grande; -----*
- 10. Contrato de Comodato: Edifício São Francisco e Cineteatro da Chamusca – Celebração de Novo Contrato e Consequente Revogação dos Contratos de Comodato Outorgados em 21 de Junho de 2016, entre Município da Chamusca e Santa casa da Misericórdia da Chamusca – Análise e Aprovação; -----*
- 11. Adenda – Contrato Programa de Gestão / Ano 2016 entre Município da Chamusca*

*e União Desportiva da Chamusca – Análise e Aprovação; -----*

*--12. Protocolos entre Federação de Triatlo de Portugal e Município da Chamusca – Análise e Aprovação: -----*

*--a) Organização do Duatlo do Semideiro (19 de fevereiro de 2017); -----*

*--b) Organização do III Aquatlo da Chamusca (15 de junho de 2017); -----*

**-----PRESENÇAS-----**

*--Procedeu-se à verificação das presenças dos eleitos que compõem a Assembleia Municipal de Chamusca, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do n.º 1, do artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, dos 20 (vinte) elementos em efetividade de funções: 9 (nove) do PS – Partido Socialista; 6 (seis) da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU” e 5 (cinco) da Coligação Mais e Melhor PPD/PSD – CDS-PP, doravante “Coligação Mais e Melhor”, verificaram-se as ausências comunicadas verbalmente ao Presidente da Mesa e com a respetiva justificação por escrito, sem pedido de substituição, dos eleitos Fernando Manuel Duarte Garrido (Coligação Mais e Melhor) e Alexandra Isabel Pratas Dias. Com pedido de substituição e respetiva justificação faltou o Eleito Miguel Gil da Silva que foi substituído por Maria Alice Soares Salgado Pires. -----*

*--Da Câmara Municipal de Chamusca esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, a Senhora Vice-presidente Dr.ª Cláudia Patrícia Alves Moreira e ainda os Vereadores Senhora Dr.ª Aurelina Maria Conde Andrade Rufino, Senhora Dr.ª Maria Manuela Luz Marques, faltando o Senhor Vereador Francisco Manuel Petisca Matias. -----*

-----**VOTAÇÃO DA ATA**-----

--Presente a ata nº 6/2016 da Sessão Ordinária de dezasseis de dezembro, auscultado o Plenário e nada surgindo foi mesma objeto de votação e **Aprovada**, por maioria de presenças, com a devida abstenção de Maria Alice Soares Salgado Pires, que não esteve presentes na aludida Sessão. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--O Senhor Presidente da Assembleia inquiriu o Plenário sobre possíveis intervenções:  
--Assim e na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos, José Trindade, saudou os presentes e agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por ter sustentado e ter dado continuidade à descentralização das Sessões da Assembleia Municipal, regozijando-se pela realização dos trabalhos na sua Freguesia. -----

-----**“MOÇÃO**-----

-----**Sobre Transferência de Competências**-----

--A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias. -----

--A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. -----

--A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções

*transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. -----*

*--A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----*

*--Objectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local. -----*

*--Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. -----*

*--A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver. -----*

*--Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem*

*a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.*

*--A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. -----*

*--Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de Chamusca, reunida a 24 de Fevereiro de 2017 delibera: -----*

*--1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional. -----*

*--2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios. -----*

*--3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. -----*

*--4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro. -----*

*--Os Eleitos da CDU” -----*

*--Colocado o assunto à discussão e surgindo algumas dúvidas de interpretação*

nomeadamente por parte do Eleito Joel Marques e pelo próprio Presidente da Assembleia foi pedido ao Eleito Rui Cruz que relê-se o documento, o que este passou a fazer de imediato. -----

--Terminada a leitura o Senhor Presidente da Mesa disse ter uma grande dúvida pelo que pergunta se a sugestão é sair das Águas do Ribatejo, respondendo o Eleito Rui Cruz, CDU, não ser essa a proposta e que a Moção defende que as novas competências sejam transferidas para as autarquias acompanhadas dos devidos recursos financeiros, materiais e técnicos para o desenvolvimento dessas competências. -----

--Assim e de acordo com o texto o Senhor Presidente da Assembleia inquiriu o que é que tem haver a devolução das águas às autarquias. -----

--Rui Cruz, CDU, releu a parte do documento que menciona essa matéria e o Senhor Presidente considerou-se esclarecido. -----

-- Joel Marques, PS, referiu: -----

--**“Eu em meu nome pessoal, não da bancada, porque acho que devemos ter alguma liberdade para a votação neste ponto. Eu tenho alguma dificuldade em gerir e calculo que em todos os documentos que sejam feitos a nível nacional que se adequem às nossas realidades, por isso eu concordo com parte do documento, não concordo com outra parte. Neste momento há uma proposta de lei que a bancada do PC deve conhecer, até porque na Anafre, a Anafre é constituída pelo PS, PSD, pelo PC, e há unanimidade nesta proposta da descentralização administrativa e autonomia do Poder Local, que foi a Concelho de Ministros julgo que no passado dia dezasseis. Já há trabalho feito nesta área, já se está a descentralizar bastante, está-se a fazer passos curtos mas passos concisos, dentro do mapa das freguesias também no próximo mandato teremos algumas**



*novidades até porque se no passado o PSD não teve se calhar a melhor solução com a lei Relvas, também acho que seria despropositado quem está agora no governo fazer exatamente a mesma coisa e fazer mais uma lei em cima do joelho, que seja feita de forma concertada e que seja feita de forma inteligente. -----*

*--Por isso há um trabalho que está a ser bem feito pelo atual governo, há um caminho que se está a trilhar e eu penso que este documento é bastante generalizado e feito a nível nacional que não se coaduna coma nossa realidade do Município, por isso a minha posição vai ser a abstenção, porque concordo com parte do documento mas acho que não está adequado à nossa realidade e há ali alguns itens que não partilho da mesma opinião.” -----*

*--João Santos, Coligação Mais e Melhor, interveio dizendo o seguinte: -----*

*--“Relativamente aqui à Moção concordamos na íntegra com a descentralização de competências, essa descentralização deve realmente acompanhar e ser dotada de todos os meios financeiros, humanos, todos os recursos possíveis para que haja uma boa execução, no entanto a Moção tem alguns pontos que nós discordamos, nomeadamente a reposição de freguesias, a municipalização das águas. Portanto seria talvez um retrocesso e por isso iremos votar contra.” -----*

*--Usando da palavra Rui Pires, PS, citou: -----*

*--“De facto também concordo que há muita coisa misturada nesta Moção e até um pouco extemporânea face a alguns desenvolvimentos anteriores, de qualquer forma não queria deixar de dizer o seguinte não sou assim um tão defensor da regionalização, dita desta maneira como regionalização só até porque nós sabemos qual foi o passado da história da regionalização e como é que foi rejeitada, também entendo que não devemos estar*

*sempre a baralhar e a dar de novo. -----*

*Portanto as comunidades intermunicipais não foram criadas assim há tanto tempo, e referir a regionalização como um meio eficaz para resolver os problemas da descentralização, tenho sérias dúvidas sobre isso e depois também acho que há aqui outros assuntos nomeadamente a questão das águas e até mesmo no que diz respeito às transferências para as autarquias, as transferências sejam elas de verba sejam de competências. Também não pode ser dito assim de uma forma tão lacta porque também acho que é preciso algum cuidado nas coisas que são transferidas para as autarquias e no modo como são.” -----*

*--O Presidente da Assembleia comentou o assunto: -----*

*--“Estas questões e há bocado o Senhor Joel Marques falou e bem sobre o que são questões meramente nacionais ou conjeturais a nível da chama política nacional e muitas vezes internacional e depois aquilo que tem exatamente a ver com o nosso conselho. Há aqui coisas nesta Moção que estão intrínsecas e que serão coisas tão globais que eu estou completamente de acordo, mas eu gostava exatamente para este Concelho, para este Município onde é que estão aqui competências ligadas à saúde, à educação, ao empreendedorismo, às políticas jovens, à cultura ou outra coisa qualquer.*

*--Parece-me que aqui há qualquer coisa há uma lacuna qualquer e há qualquer coisa que não está cá, eu só vou votar contra, pessoalmente irei votar contra, independentemente do Deputado do Líder da Bancada do Partido Socialista ter dito que o sentido de voto será a abstenção, vou votar contra exatamente por isso. Porque relativamente ao meu Concelho não vejo aqui uma única ideia, a única coisa que estaria*

*aqui relacionada é uma coisa que eu estou contra que seria que as águas voltassem a ser outra vez da Câmara Municipal, isso não muito obrigado.” -----*

*--Nada mais surgindo a Moção foi colocada à votação e **Aprovada** por maioria de presenças, com seis votos contra da Bancada da Coligação Mais e Melhor e dos Deputados Rui Pires e Francisco Velez, ambos do PS, cinco abstenções do PS e sete votos a favor da Bancada da CDU e do Eleito Bruno Oliveira do PS. -----*

*--Intervindo o Eleito Rui Pires, PS, fez um o seguinte pedido de esclarecimento: -----*

*--“Isto agora parece uma coisa pequena face ao assunto da Moção da CDU, mas não deixa de ser uma questão até porque vem na sequência do que se passou na última Assembleia e tem a ver coma Ordem de Trabalho e com alguma correspondência que fomos trocando desde a última Assembleia até esta, o que é bom, o que é bom, acho que é salutar. Portanto eu pretendo saber se todos os pontos inscritos na Ordem de Trabalhos se mantêm para análise e deliberação ou se alguns, exceto o ponto um, como é evidente, serão apenas para conhecimento e apreciação. Acho que o que eu retiro da Ordem de Trabalhos é tudo efetivamente para análise e deliberação e daí a questão.*

*--E isto porquê? Porque como sabe tomei conhecimento da informação jurídica nº 21, com registo de entrada de 3.844, de 16 de abril de 2015 relativamente a procedimentos referentes a protocolos acordos e execução e contratos interadministrativos da Lei nº 75/2013, em que se refere textualmente o seguinte:- “No entanto dado que a Assembleia Municipal se reúne com menor frequência e atendendo às competências legalmente atribuídas a cada um dos Órgãos sugere-se que estes protocolos e contratos programa, na medida em que não implica revisões orçamentais, sejam aprovados pela Câmara Municipal e posteriormente remetidos para conhecimento à Assembleia Municipal. Este*

procedimento não altera substancialmente o costume atualmente instituído de aprovação dos protocolos e acordos programa pela Assembleia e permite que exista da parte deste órgão deliberativo um acompanhamento da atividade Camarária, funcionando ainda como uma corresponsabilização dos dois Órgãos nos apoios a conferir às associações.” -----

--Portanto daí, com base nesta informação jurídica e a ver de certa forma esta recomendação, eu perguntar se de fato se mantem esta prática de todos os protocolos, independentemente de o assunto serem para a deliberação e análise pela Assembleia Municipal.” -----

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu:-“Respondo só com o primeiro verbo que aparece naquilo que acabou de dizer “sugere-se” tendo em conta que, e volto a dizer na opinião de vários órgãos responsáveis por esta Autarquia, com o parecer jurídico vinculativo do próprio departamento jurídico do Município da Chamusca e com a opinião existente desde a Câmara Municipal, ou por outra neste caso aqui devidamente apresentada pelo Senhor Presidente, até à Mesa da Assembleia Municipal, apresentada pelo Presidente e pelos vários secretários que por aqui passaram, passando ainda pelos vários Líderes Parlamentares o que se continua a entender, e respondendo-lhe de outra forma, sim o ponto um vai ser para análise e conhecimento, os todos os outros pontos serão para aprovação.” -----

--Novamente Rui Pires, PS, referiu:- “Percebo perfeitamente e aceito essa decisão como aliás já tinha dito na última Sessão da Assembleia, mas de qualquer forma permita-me fazer uma recomendação em relação a esta matéria: - Embora reafirmando a posição de que a Assembleia não teria de se pronunciar sobre muitos dos pontos constantes nas

*recentes ordens de trabalhos, porém constatando que essa prática se mantém, recomendo o seguinte:- Que a equipa técnica que elabora os documentos - protocolos, acordos de execução, contratos e outros - e os remete para a Assembleia Municipal inclua exatamente em todos eles (e não apenas em alguns) a referência ao concreto articulado da Lei 75 de 2013 em que os mesmos são elaborados e apreciados quer pela Câmara quer pela Assembleia Municipal a fim facilitar essa percepção a quem os vai ler, analisar e votar. -----*

*--Portanto isto vem exatamente no sentido de explicitar os próprios protocolos, em que condições é que eles vão ser apreciados pela Assembleia Municipal para que este vazio deixe de existir em termos de quem é que decide e o que é que está instituído na lei e o que é que não está.” -----*

*--O Senhor Presidente da Assembleia pensa que o teor e forma como tem sido feitos os protocolos, pelo menos desde 2009 atrevendo-se a dizer que mesmo antes disso, sempre foram feitos com muita clareza e se forma esclarecedora de modo a que todos pudessem participar nas várias decisões. Contudo a solicitação apresentado pelo Eleito ficará registada no entanto até setembro tudo se irá manter. -----*

*--Usando da palavra, pela bancada da Coligação Mais e Melhor o Eleito João Santos, expôs a seguinte questão:- “Na última Assembleia Municipal perguntei ao Senhor Presidente da Câmara se já tinha tomado as diligências possíveis para reunir com o Senhor Ministro das infraestruturas e do Planeamento relativamente à ponte e a minha questão é, passados estes mais de dois meses, o que é que aconteceu em relação a isso e tendo em conta o que veio a público sobre as acessibilidades para o Eco Parque, qual é*

*o ponto de situação, se já foi recebido se não foi recebido, se não foi porque é que não foi. -----*

*--Porque enfim temos um Presidente de Câmara que tem uma responsabilidade enorme e uma questão importantíssima e eu não consigo perceber se foi recebido ou porque é que não foi recebido.”-----*

*--O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou ainda não ter havido audiência com o Senhor Secretário de Estado, acrescentou que o Senhor Primeiro Ministro esteve no Entroncamento e anunciou as medidas de ligação às infraestruturas rodoviárias às zonas de atividades económicas. Tenho o Senhor Presidente da Câmara questionado porque é que o Concelho da Chamusca não está contemplado neste anúncio, sendo que a resposta foi de que a questão do Eco Parque do Relvão só ficou formalizada como zona industrial após a última alteração ao PDM. Portanto ficou um vazio no que respeita ao Portugal 20 20 e no que são os planos de investimento para além da questão do plano de investimento das, na altura, Estradas de Portugal, entre 2015 e 2020 em que os acessos ao Eco Parque e à requalificação da Ponte estavam em vigésimo lugar na linha de investimento e das prioridades em relação às acessibilidades. A Comunidade Intermunicipal, através do seu Presidente; já tomou várias diligências, inclusivamente o Grupo Parlamentar do PS também o fez para que houvessem alguns contatos a nível partidário do que propriamente institucional entre a Câmara e a Secretário de Estado, pelo que de momento considera extemporâneo pedir qualquer reunião. De momento está a ser desenvolvido com a Associação do Eco Parque uma consulta para que seja feito um estudo de tráfego para apresentar ao Secretário de Estado demonstrado claramente que o estudo de 2011 e o que se passa atualmente não é a mesma coisa. -----*

--Comentou, também que já foram ultrapassados em muito os níveis de ruído dos recetores sensíveis dado o elevado tráfego na estrada nacional dentro das localidades e que de acordo com afirmação do Senhor da CCDR-LVT está condicionado qualquer tipo de investimento no Eco Parque e qualquer plano de pormenor vai “esbarrar “na questão do ruído. Reforçou que demonstrou ao Senhor Primeiro a necessidade e prioridade, para a região, da ligação da A13 com a A23 e logicamente depois a ligação com a A1, trabalho que já poderia e deveria ter sido feito há muito tempo. Aludiu também que o Concelho da Chamusca continua a resolver problemas a nível nacional contudo por outro lado é sacrificado com a falta de acessibilidades. -----

--José Braz, CDU, referiu: -----

--“Era só um parênteses para completar o que o Senhor Presidente disse, é que o argumento da história do Eco Parque do Relvão em relação ao PDM não colhe porque as empresas foram devidamente licenciadas pelas entidades competentes, estão a prestar este serviço que o Senhor Presidente referiu a nível nacional, e desde a primeira hora em que eles foram licenciados, que nós tínhamos a autoridade moral e legitimidade para exigir a construção das acessibilidades, que foram um compromisso que assumiram connosco. Está em vigésimo lugar é uma questão de prioridades, mas esse argumento não pode colher, se licenciaram, se estamos a prestar um serviço a nível nacional as contra partidas eram essas. Senhor Presidente pode contar connosco, com todos nós penso eu, para fazer todas as pressões porque tem toda a legitimidade para o fazer para que esta situação seja resolvida”. -----

--João Santos, Coligação Mais e Melhor, considera: -----

--“Que está tudo mais do que analisado e mais que visto e que revisto, a sensação que

*eu tenho enquanto autarca á que andam a gozar connosco, para ser sincero a sensação que eu tenho é que andam a gozar connosco e digo mais o que nos estão a fazer e tendo em conta o que o senhor Presidente tem vindo a dizer que o Eco Parque não tem capacidade de expansão.”* -----

*--Joel Marques, PS, sobre esta situação toda, apresentou um voto de pesar: -----*

*--“Porque tivemos um Primeiro-ministro quatro anos, que até foi administrador de uma empresa sediada no Eco Parque, que nunca se lembrou das infraestruturas necessárias.”*-----

*--O Senhor Presidente da Assembleia pronunciou-se sobre o assunto: -----*

*--“Eu recentemente e como faço parte da Comissão de Acompanhamento do Eco Parque do Relvão, aqui há uns meses, não foi na última foi na penúltima, enquanto Presidente da Assembleia Municipal que fique bem claro, ouvi na altura do Senhor Vice-presidente da CCDR dizer claramente que não iriam investir mais investimentos no Eco Parque do Relvão, por um motivo muito simples, porque não haviam acessibilidades eu fiquei completamente, quase prefaciando o Senhor Deputado João Santos, passei-me e quem lá estava percebeu que eu me passei, aliás ouve muita gente que me disse “É pá tu passaste-te demais”. Pois passei, por um motivo muito simples quer dizer então primeiro põem-me cá as empresas, garantindo que faziam as acessibilidades e agora a seguir dizem que não põem cá empresas porque não há acessibilidades. Isso não se trata de gozar ou deixar de gozar, ou seja daquilo que for, trata-se de que fomos, e segundo isto aqui é a minha opinião enquanto pessoa não tem a ver com o cargo que eu ocupo, fomos pura e simplesmente “usados” durante estes tempos todos, em troca do quê? -----*

*--Não faço a mínima ideia, se calhar de mais dois ou três postos de trabalho, se calhar de mais algumas coisas porque afinal nos últimos oito anos os postos de trabalho*



*creceram, mas cresceram aonde principalmente? Não teve a ver com os CIRVER's, nem teve a ver com o SUCH, não teve a ver com a AMBIMED, não teve a ver com a Envirol, não teve a ver com nada dessa gente, tem principalmente a ver com os postos de trabalho que foram criando com a Resitejo, ponto final. Aí é que foram criados os postos de trabalho e a realidade é que nós estamos, como disse o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, a servir aqui para que alguém venha por aqui qualquer coisa. -----*

*--Eu posso-vos dizer que, e é o oitavo ano que eu irei completar enquanto Presidente da Assembleia Municipal, principalmente no mandato anterior eu tive nalguns sítios e falei com algumas pessoas de algumas localidades do Concelho, desde o Arripiado até ao Semideiro, no sentido de ter calma não vamos pôr aqui tábuas com pregos a atravessar a estrada para impedir que os camiões aqui passem, vamos tratar isso com algum cuidado, isto tem a ver com desenvolvimento económico do Concelho, isto tem a ver com emprego que se cria no Concelho, tem a ver com muitas coisa, se calhar muitas das vezes “engolindo o sapo” alinhei e falei com as pessoas e disse vamos ter cuidado. Atrevo-me a dizer, e está aqui a comunicação social e isto vai ficar registado, quase que me apetece-se dizer às pessoas desde o Arripiado até ao Semideiro que se quiserem pôr uma tábua com pregos na estrada eu sou a segunda pessoa a estar lá, porque estou farto, farto, farto de ser enganado com estas coisas todas, independentemente e que fique bem claro não tem a ver com o governo dos últimos quatro anos, não te a ver com o governo dos outros quatro anos, não tem a ver rigorosamente com nada disto tem a ver co outra coisa, meus amigos, e quando o Senhor Primeiro Ministro recentemente no Entroncamento disse que os grandes investimentos irão para Rio Maior e para os Riachos tem a ver com uma coisa, tão simples como isso nós significamos cinco mil votos, Rio Maior significa muito mais do que isso, o Riachos junto com o Entroncamento, porque o eixo industrial tem a*

*ver com estas duas regiões, significa muito mas muito mais do que isso e mais os milhões de euros que são rodados nestas duas zonas industriais, de Rio Maior ou de Riachos/Entroncamento não tem rigorosamente a ver com nada, mas mesmo nada com os trocos que nós vamos gerindo e vamos tendo na zona do Eco Parque do Relvão, não tem nada a ver com isso. Portanto o nosso poder quer político, quer económico, quer de intervenção seja onde for infelizmente é muito pequeno e há uma coisa, se calhar é única e mais do que isto não há hipótese, que nós podemos fazer e se calhar seguindo exemplos nalgumas áreas, umas que deram resultado e outras que não, estou-me a lembrar da saúde ou não deu resultado nenhum, estou-me a lembrar do grande problema que vem aí com a educação, mas isso sou eu que falo nele, tem a ver com esta questão de que se calhar não basta ir só o Senhor Presidente da Câmara ter uma reunião com o Senhor Ministro e com o Senhor Secretário de Estado se calhar temos que ir todos, como já aconteceu noutras situações nomeadamente com a saúde. Das duas uma ou ficamos todos do mesmo lado e temos que deixar as quezílias de que foi este Primeiro-ministro, que foi o Primeiro-ministro anterior, que foi este antes do outro, foi uma zona industrial que não foi criada, foi qualquer coisa que devia ter sido criada e não que foi porque se vamos por aí e vamos para Jerusalém lá ter com o mouro e mandar cabeçadas naquilo e lamentamo-nos e passamos a vida a lamentarmo-nos mas a realidade é que o Concelho eventualmente pode continuar a definhar”.* -----

*--Nada mais surgindo sobre o assunto, o Senhor Presidente Da Assembleia deu a palavra a José Braz, CDU, que apresentou o que se transcreve: -----*

*--“Eu fui convocado enquanto representante da Assembleia Municipal, fui convocado para uma reunião do Concelho da Comunidade da ACES da Lezíria para o dia 7 de Março às 17 horas, para falar sobre assuntos da saúde a nível regional, eu vou dizer a*

*ordem de trabalhos, para perceberem a situação: -----*

*-- - Apresentação do Plano de Ação do conselho clínico e da saúde do ACES; -----*

*-- - Exposição dos resultados e metas para 2015/2016; -----*

*-- - Indicadores de movimento assistencial; -----*

*-- - Apresentação de resultados económicos. -----*

*--Eu sinceramente desta ordem de trabalhos aquilo que me interessa é colocar as questões que nos dizem respeito à saúde do nosso Concelho e porque já falamos aqui várias vezes, penso que nisso estamos todos em sintonia e não é por estarmos em ano de eleições que isso terá que ser diferente porque a nossa postura sempre foi séria em relação a esta matéria, eu lembro que à uma médica, no Concelho, que termina o contrato em março, lembro que recebemos um ofício do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira a alertar para o problema da saúde na Freguesia, mas também afeta a Chamusca, lembro que temos médicos apenas uma vez por semana em Vale de Cavalos, no Chouto, Ulme e na Parreira, corrijam-me se eu estou enganado. Num Concelho como o nosso, com uma extensa área geográfica, com a população envelhecida porque maioritariamente era rural, com reformas baixas, com dificuldades de comunicação e de acessibilidades, porque já são velhos, porque os filhos vivem longe. Ou seja a saúde é uma questão fundamental e crucial no nosso Concelho e nós não podemos deixar cair isto, às vezes somos acusados de brandos costumes, como já aqui hoje foi dito, mas de qualquer forma nunca deixamos de lutar e nunca desistimos. E eu penso que mais uma vez temos que unir forças e tentar fazer todas as diligências possíveis para que esta situação seja resolvida, também soube, também soubemos e eu penso que não estou enganado que há intenção a nível do nosso Governo Central ou nível do Ministério da Saúde de não renovar os protocolos que fez com ministérios de*

*outros países para a importação de médicos, nomeadamente de Cuba. E sabemos que esses médicos são médicos que tem prestado um serviço inestimável em diversas áreas, oftalmologia e noutras, clínica geral, e isso traz-nos um problema acrescido a partir do término do contrato destes médicos no nosso Concelho e outros vêem-se com “ o menino nas mãos” porque nós já sabemos que não temos médicos. Inclusivamente está-se a propor médicos reformados para regressarem outra vez à atividade, mas isto é para tapar buracos, ou seja de uma vez por todas nós devemos tentar tomar decisões e apoiar o Executivo nesta situação para fazer todas as diligências e todas as pressões necessárias para que isto seja resolvido de uma vez por todas.-----*

*--Também sabemos que o nosso governo propôs e comprometeu-se a resolver o problema dos médicos de família a nível nacional, está na agenda do dia, está em cima da mesa portanto nós temos toda a autoridade enquanto Autarcas, enquanto representantes da nossa população em fazer pressão e fazer todas as diligências para que essa situação seja resolvida, eu estou com ideias de as preocupações que estou aqui a apresentar apresentá-las nesta reunião e penso que, aceito e aliás proponho que me façam chegar mais preocupações, se for preciso já hoje, outras situações para que eu nessa reunião do dia sete as possa colocar, representando esta Assembleia. Porque em nome pessoal eu coloco-as com certeza, enquanto elemento da CDU também, mas eu não estou lá nessa situação e sou honesto e não vou lá estar enquanto elemento da CDU, vou lá estar enquanto representante da Assembleia Municipal. Era isso que eu queria, que eu agradecia, se for preciso a gente para um minuto, ou dois, ou três para fazermos um levantamento das questões que devem ser colocadas lá, porque esta ordem de trabalhos a mim não me diz nada, quer dizer ir lá ouvir os balanços e as metas o que é que isso interessa para nós, não é? Isso é lá para as questões administrativas e técnicas.” -----*

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu ao Senhor Deputado que remete-se ao Senhor Presidente da Câmara, o mais rápido possível, as questões que tem sobre o assunto. Sendo que após esse esclarecimento, que deverá ser célere uma vez que a reunião será a 7 de março, convocará uma reunião com todos os Presidentes de Junta e com o eleito José Brás, CDU, para que este, último possa ir devidamente informado. -----

--Joel Marques, PS, interveio dizendo: -----

--“Um dos pontos que tinha para abordar era precisamente este da área da saúde, com a ida embora da médica Cubana visto que finda o protocolo entre Portugal e Cuba, não é só a Carregueira que fica a descoberto também alguns utentes do Pinheiro Grande, também alguns utentes de Vale de Cavalos. -----

--Nós já fizemos chegar um ofício ao ACES, à Senhora Diretora Executiva do ACES e à Presidente do Conselho de Administração da ARLVT, também já reunimos com a Senhora Coordenadora da USF que nos disse que o assunto está praticamente resolvido, mas entendemos por bem exercer já no imediato alguma pressão. Eu não sei se o documento foi enviado para o Município pela Assembleia, não sei se já chegou aos Senhores Deputados da Assembleia mas se chegou essas são as preocupações da Junta de Freguesia de Carregueira. -----

--Para desanuviar um pouco de tanto problema e porque parece que vai acabar o mundo com estes dois últimos pontos que temos conversado aqui gostaria de anunciar que a Junta de Freguesia candidatou a Aldeia do Arripiado às sete maravilhas do País na componente de Aldeias Ribeirinhas e solicitar a esta Assembleia que acompanhe essa mesma votação e que possa promover também esta candidatura que nos poderá trazer uma dimensão nacional.” -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO -----

--*1.Relatórios de Atividades do Executivo Municipal Relativos aos Meses de Dezembro/2016 e Janeiro/2017 – Apreciação;* -----

--*O Senhor Presidente da Câmara comentou sucintamente os relatórios apresentados, ressaltando o dia 31 de dezembro a nível do grau de execução de receita de 93,95% e de controlo orçamental da despesa de 73,79%, e dizendo que a gestão continua a ser feita de forma manter estabilidade de tesouraria relativamente ao pagamento a fornecedores. ---*

--*Afirmou que o Município está com tesouraria para assumir os encargos tanto da administração das obras como também com os encargos da componente nacional. -----*

--*Colocou-se à disposição, assim como ao restante executivo, para eventuais questões. ---*

--*Usado da palavra José Braz, CDU, fez as seguintes **Recomendações** ao Senhor Presidente da Câmara:* -----

--*“Eu penso que este trabalho já está a ser feito mas de qualquer maneira não temos a certeza, não é do âmbito das competências do Executivo, mas as estradas nacionais, nomeadamente a 118, há sítios onde nós se não tivermos cuidado damos cabo dos nossos carros e até aqui na Chamusca antes daquela zona da zona industrial, entre o Intermarché e Lidl, há ali buracos já com dez ou doze centímetros de fundura, se u homem lá passa e deixa o carro ir lá escavaca as jantes todas. Ou seja, mas não é só ali, as estradas nacionais no nosso Concelho estão piores que as estradas municipais, que as nossas estradas e a Autarquia tem feito um esforço enorme para manter essa conservação e manutenção. Portanto a primeira recomendação era para o Senhor Presidente ele deve estar a fazer isso mas de qualquer maneira compete-nos a nós propor*

*isso, que junto das Estradas de Portugal que faça sentir que isto está em mau estado e é um prejuízo para os cidadãos, pode criar acidentes e nós temos o direito de ter uma estrada como deve ser, pagamos os nossos impostos, está tudo em dia e como tal temos esse direito, a nossa população tem o direito de ter estradas como deve ser. -----*

*--Por outro lado também alertar, que eu sei que esse trabalho está a ser feito, mas recomendar mais uma vez que também alguma rede viária nossa que também seja reparada, eu sei que está a ser nalguns locais mas há outros onde ainda não chegamos e é tentar que isso aconteça. -----*

*--E recomendar também, porque estamos a chegar a essa altura, a limpeza dos terrenos, zonas verdes, espaços verdes do Município quer na sede do Concelho quer nas Freguesias, junto dos ribeiros naquelas zonas verdes que é um trabalho que nós fazemos geralmente bem de prevenção porque vale mais prevenir do que remediar, sai mais barato. E era essa recomendação que eu gostava de fazer porque estamos a chegar a essa altura”. -----*

*-- Rui Pires, PS, referindo que esteve para abordar o assunto antes da ordem do dia, mas optou por fazê-lo agora uma vez que estava contemplado neste ponto e que se refere à reunião da Comissão de Acompanhamento do Eco Parque do Relvão e cujo conteúdo contava que já estivesse no site do Município. O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a dita reunião não se realizou por falta de quórum. -----*

*--No entanto o Eleito Rui Pires, embora consciente de que não era a melhor altura para o fazer, apresentou o seguinte: -----*

*--“Que exemplo é que afinal os representantes políticos e de outras entidades, que foram sendo convidadas ao longo destes 3 anos, dão para a resolução dos problemas do Eco*

*Parque se afinal se propõem reuniões trimestrais e nós estamos com dois anos e meio de funcionamento da Comissão, que é bom, de reinício do funcionamento da Comissão e afinal aconteceram três reuniões e a última das quais não teve quórum. Quer dizer nós podemos estar aqui a bradar aos céus e a dizer que quem de direito não acode às nossas solicitações e às nossas necessidades mas depois afinal que exemplo é que nós também damos para conseguir levar a água a bom moinho. Isto tem mexido comigo porque de fato **sou** alguém que desde 1998 tem acompanhado o que se passa no Eco Parque e não é a primeira vez que as coisas começam por reunir e parece que está tudo bem e depois as pessoas deixam de ter as comissões a funcionar, portanto isto é preocupante se de fato se foram convidando entidades e afinal as entidades não aparecem e afinal não temos trabalho produzido pelo grupo, há trabalho da Câmara Municipal, há fiscalização, houve um bom investimento nesse sentido, sim senhor, mas afinal depois um grupo de pessoas que se deve dedicar a estas matérias o que é que sai daí, não tem saído. Portanto a questão é valeu a pena convidar outras entidades a APA a CCDR já apareceram alguma vez, o que é que disseram, porque acho que a questão também é esta porque afinal colaboraram estão interessados ou não estão, se calhar não estão. Eu não queria trazer aqui uma situação porque poderia estar a fazer um paralelismo de uma coisa que se calhar não é assim tão comparável mas vamos lá ver nós temos o rio Tejo no estado em que está e temos o Estado Português a passar licenças para que certas entidades possam fazer mais descargas afinal que entidade salvaguarda os direitos das populações, é esta que permite que o poder económico se sobreponha desta maneira e que tenha estas benesses e depois a defesa dos direitos fundamentais, nomeadamente do ambiente que é de todos nós não é salvaguardado por eles?». -----*



--O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento de que os representantes da APA e da CCDR, na Comissão de Acompanhamento do Eco Parque estiveram presentes quer na última reunião que não teve quórum e na anterior. Já sobre o rio Tejo teria muito que dizer porém está fora do âmbito da Comissão de Acompanhamento do Eco Parque da qual faz parte. -----

-----**DOCUMENTOS / APROVAÇÃO**-----

--2. **Serviço de Planeamento Urbanístico: Relatório de Monitorização de operação de Reabilitação Urbana ARU1 e ARU2 da Chamusca – Análise e Aprovação;** -----

--O Senhor Presidente da Câmara referindo o Relatório Monitorização das Operações de Reabilitação Urbana esclareceu ser obrigatório por parte do Município o relatório de atividades dentro das áreas urbanas, de momento a ARU1 e a ARU2, da Chamusca. No Programa Estratégico de Urbanização Urbana (PERU) as citadas áreas estão aprovadas, havendo dados das intervenções feitas nas duas ARU's com os respetivos benefícios fiscais. Apreciando o mapa pode-se ver a estimativa de custos no PERU e também dos projetos que vão avançando e a desenvolver, estando igualmente contemplado o orçamento efetivo do projeto. -----

--Nada surgindo o Ponto 2 – **Serviço de Planeamento Urbanístico: Relatório de Monitorização de operação de Reabilitação Urbana ARU1 e ARU2 da Chamusca** foi colocado à votação e **Aprovado**, por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos. -----

--3. **DUPOA: Correção Material ao Loteamento com Alvará nº 10/96 – Passagem do Domínio Público para Domínio Privado do Município – Loteamento Quinta da Coutada/Chamusca – Análise e Aprovação;** -----

-- O Senhor Presidente da Câmara referiu tratar-se de um pedido de passagem de um lote, na Quinta da Coutada, de domínio público para domínio privado, explicando que o promotor do loteamento à data cedeu o espaço ao Município, contudo por se tratar de uma pequena zona sobrelevada e sem acesso direto pela estrada torna-se muito difícil a sua manutenção. Assim e demonstrando o proprietário do lote confinante interesse em adquiri-lo, alegando ser condição de possível transmissão o facto do terreno se encontrar a uma cota igual à do seu lote e de difícil acesso pelo Município torna-se necessária esta modificação. Verificada a situação e corrigidas as áreas, executou-se, após levantamento topográfico, a correta implantação do arruamento e espaço verde de utilização coletiva, por se tratar de uma correção material não foi considerada a alteração da licença, não houve lugar as alterações ao loteamento, nem aos parâmetros urbanísticos. Assim, tendo em conta a localização do espaço, a dificuldade da sua manutenção e por não se configurar área potenciada de interesse público propõe-se a sua passagem de domínio público a domínio privado. -----

-----Rui Pires, PS, reconheceu ter percebido melhor a explicação do Senhor Presidente da Câmara do que o documento apresentado, o qual referiu ter um texto muito confuso, acrescentou, ainda, achar fundamental que nestes casos os documentos se façam acompanhar de mapas de modo a que se possam identificar os locais e prédios em discussão. -----

--Nada mais sucedendo foi a **Correção Material ao Loteamento com Alvará nº 10/96 – Passagem do Domínio Público para Domínio Privado do Município – Loteamento Quinta da Coutada/Chamusca** colocado à votação e **Aprovado**, por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos. -----

*--4. Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro, nº 15 do Artigo 49º - Prestação de Serviço para Aquisição de Vigilância e Segurança no Edifício dos Paços do Concelho – Análise e Aprovação; -----*

*--Nada ocorrendo o Ponto foi colocado à votação e **Aprovado**, por unanimidade de presenças, e em minuta para efeitos imediatos, conceder **Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro, nº 15 do Artigo 49º - Prestação de Serviço para Aquisição de Vigilância e Segurança no Edifício dos Paços do Concelho.** -----*

*--5. Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro, nº 15 do Artigo 49º - Aluguer Operacional e Integrado para Prestação de Serviço de Outsourcing de Impressão – Análise e Aprovação; -----*

*--Explicou o Senhor Presidente da Câmara Municipal tratar-se de um aluguer operacional da prestação de serviços outsourcing, mais propriamente manutenção das impressoras para o Município. O contrato anterior ainda decorre com a empresa, porém foi encontrado um preço mais favorável, assim e com o acordo com a empresa o contrato será revogado e feito um novo contrato muito mais vantajoso para o Município. -----*

*--Com base do constante na informação Rui José Pires, PS, mencionando o pedido amigável de rescisão com a primeira empresa e celebração de novo contrato com outra, perguntou se o contrato estava a terminar, se era renovável ou se foi entendimento entre as partes porque é que a empresa aceitaria dado que à partida vai ser substituída. -----*

*-- Esclareceu o Senhor Presidente da Câmara que se trata de empresas do mesmo grupo,*

que o contrato está quase a terminar, que surgiu um valor mais favorável daí a mudança e o novo contrato. -----

--Nada mais advindo e procedendo-se à votação foi **Aprovado** conceder **Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 42/2016, de 28 de Dezembro, nº 15 do Artigo 49º - Aluguer Operacional e Integrado para Prestação de Serviço de Outsourcing de Impressão**, por unanimidade de presenças, e em minuta para efeitos imediatos. -----

--**6. Regulamento de Organização dos Serviços Municipais** – Análise e Aprovação; -----

--O Senhor Presidente da Assembleia refere que no organograma há uma parte sobre a qual tem dúvidas pelo que pergunta se o Gabinete de Apoio aos Vereadores em Regime de Permanência deve estar diretamente dependente do Presidente da Câmara ou dos ditos Vereadores. Respondendo o Senhor Presidente da Câmara que está dependente do Presidente e logo de seguida dos Vereadores em Regime de Permanência. -----

--Nada mais ocorrendo foi o mencionado Regulamento colocado à votação e **Aprovado** por maioria de presenças com uma abstenção do Eleito João Santos, Coligação Mais e Melhor. -----

--Como habitualmente o Senhor Presidente propôs a apresentação e votação direta e contínua dos contratos e protocolos, abaixo descritos, parando apenas no caso de possíveis pedidos de intervenção, tendo todos os Eleitos concordado. -----

--**7. Contratos Interadministrativos** – Análise e Aprovação: -----

--a) **Contrato 2017-1 entre Município da Chamusca e União de Freguesias de Parreira e Chouto** – **Aprovado** por unanimidade de presenças. -----

--b) **Contrato 2017-1 entre Município da Chamusca e Freguesia de Vale de Cavalos** –

*Aprovado por unanimidade de presenças. -----*

*--c) Contrato 2017-3 entre Município da Chamusca e Junta de Freguesia de Carregueira*

*– Aprovado por unanimidade de presenças. -----*

*--d) Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município da Chamusca na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo no Âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros – Aprovado por unanimidade de presenças. -----*

*--8. Protocolos de Colaboração Administrativa e Financeira – Análise e Aprovação: ---*

*--a) Protocolo nº 84/2016 entre Município da Chamusca e União Desportiva de Chamusca – Aprovado por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS. -----*

*--b) Protocolo entre Município da Chamusca e Agrupamento de Escolas da Chamusca – Ação Social Escolar – Verbas de Apoio para Aquisição de Material Escolar aos Alunos Subsidiados – Ano Letivo 2015/2016 – Aprovado por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS. -----*

*--c) Protocolo nº 51/2017 entre Município da Chamusca e Agrupamento de Escolas da Chamusca – Ação Social Escolar – Verbas de Apoio para Aquisição de Material Escolar aos Alunos Subsidiados – Ano Letivo 2016/2017 – Aprovado por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS. -----*

*--d) Protocolo nº 52/2017 entre Município da Chamusca e Grupo Desportivo da Parreira – Aprovado por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS. -----*

*--e) Adenda nº 2 – Protocolo nº 1/2016 entre Município da Chamusca e Agrupamento de Escolas da Chamusca – Aprovado por maioria de presenças, com uma abstenção do*

eleito Rui Pires, PS. -----

--f) **Adenda nº 2 – Protocolo nº 6/2016 entre Município da Chamusca e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Chamusca – Aprovado por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS.** -----

--g) **Adenda – Protocolo nº 41/2016 entre Município da Chamusca e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Chamusca – Aprovado por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS.** -----

--9. **Protocolos de Cooperação – Cedência de Utilização de Instalações – Análise e Aprovação:** -----

--a) **Protocolo nº 50/2017 entre Município de Chamusca e União de Freguesias de Parreira e Chouto – Aprovado por unanimidade de presenças.** -----

--b) **Protocolo nº 53/2017 entre Município da Chamusca e ADAP – Associação de Desenvolvimento da Aldeia do Pinheiro Grande – Aprovado por unanimidade de presenças.** -----

--10. **Contrato de Comodato: Edifício São Francisco e Cineteatro da Chamusca – Celebração de Novo Contrato e Consequente Revogação dos Contratos de Comodato Outorgados em 21 de Junho de 2016, entre Município da Chamusca e Santa Casa da Misericórdia da Chamusca – Análise e Aprovação;** -----

--O Senhor Presidente da Câmara explicou haver um contrato de comodato entre a Santa Casa da Misericórdia da Chamusca e o Município, porém com as intervenções desenvolvidas no cineteatro para resolver as questões de inconformidade e tendo em conta que os custos assumidos pelo Município foram bastante avultados, cerca de cinquenta mil euros, em conversações com a Santa Casa da Misericórdia foi sugerido que se fizesse um

*novo contrato de comodato por dez anos, não esperando o término de um ano do contrato existente. O princípio encontrado foi simples como havia uma proposta de quinhentos euros de renda dividiu-se os cinquenta mil pelos quinhentos o que deu um contrato de comodato de dez anos. -----*

*--Quanto ao Edifício S. Francisco está, também, a precisar de uma grande intervenção pelo que a proposta da celebração de um contrato de comodato pelo mesmo período será justa e é igualmente um reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser feito, sendo o Município o maior utilizador das infraestruturas pensa que faz todo o sentido. -----*

*--Assim e nada surgindo o ponto foi colocado à votação e **Aprovado** por unanimidade de presenças. -----*

*--11. Adenda – Contrato Programa de Gestão / Ano 2016 entre Município da Chamusca e União Desportiva da Chamusca – **Aprovado** por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS. -----*

*--12. Protocolos entre Federação de Triatlo de Portugal e Município da Chamusca – Análise e Aprovação: -----*

*--a) Organização do Duatlo do Semideiro (19 de fevereiro de 2017) – **Aprovado** por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS. -----*

*--b) Organização do III Aquatlo da Chamusca (15 de junho de 2017) – **Aprovado** por maioria de presenças, com uma abstenção do eleito Rui Pires, PS. -----*

*--Terminada a Ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia inquiriu o público sobre possíveis intervenções. -----*

*--Apresentando-se o Senhor César Baixito, residente em Vale de Cavalos, cumprimentou todos os presentes, mostrou-se congratulado com a descentralização dos trabalhos da*

*Assembleia Municipal e referiu: -----*

*--“Há dois assuntos que me trazem aqui hoje, um deles é o relacionado com aquilo que ainda hoje se vai chamado a Casa do Povo da Chamusca e que tem estrita ligação com um site, com uma página que anda por aí na internet, no facebook, que dá por nome Bairro da Chamusca e que é supostamente gerida por um rapaz amigo nosso que é o Augusto Figueiredo, que toda a gente conhece por Magarefe, que foi meu aluno na escola da Chamusca e que eu conheço portanto perfeitamente como as palmas da mão. Não quer dizer que ele depois tenha seguido pisadas diferentes das propostas do professor mas isso fica para outra ocasião. -----*

*--Este site, esta página, tem ao longo de muitos anos tido vários aspetos eventualmente importantes a considerar um deles é a eventual defesa dos interesses dos ditos moradores do Bairro 1º de Maio, na Chamusca e não se põe isso em questão. Só que a partir de uma determinada altura, exatamente do ano passado que foi mais ou menos nesta altura suponho eu que até foi precisamente há um ano em fevereiro de 2016, o Augusto esteve presente numa Assembleia, e ironia do destino hoje estou aqui eu, e fez uma longuíssima exposição que está reproduzida na ata da Assembleia Municipal de fevereiro de 2016 não apresentando um único fundamento em seu favor e tendo conseguido apenas obter uma coisa vantajosa para ele e fundamental para a luta que ele está a travar, ou que ele diz que está a travar. E qual foi a vitória que ele conseguiu? --Ele obteve da parte do Senhor Presidente da Câmara um voto de solidariedade para com os moradores do bairro porque é isso que consta na ata também, a determinada altura diz-se que o Senhor Presidente da Câmara sugere ao interveniente, Augusto Figueiredo, que remeta para os tribunais, que é a sede mais indicada para resolver os problemas, só que o Augusto tem essa dificuldade porque os tribunais não lhe deram uma única vez razão até agora desde*



*1999, que é desde essa data que eu estou na Casa do Povo e o Augusto perdeu tudo em toda a linha. E por isso é que as coisas estão neste ponto, sucede que eu hoje venho aqui intervir não que o Senhor Presidente da Câmara e o meu amigo Francisco Velez e o Francisco Matias me tivessem pedido mas eu acho uma obrigação minha, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Casa do Povo da Chamusca, vir aqui tentar expor os pontos, alguns pelo menos em alguns "is". -----*

*--Nomeadamente no que diz respeito às acusações que o Augusto lança no tal pasquim de corrupção, de fralde na passagem dos documentos administrativos, etc, etc, eu já tive a oportunidade de trocar duas ou três palavras com o Presidente Paulo Queimado e não sei se nos entendemos sobre esse assunto mas penso que sim. Ora, porém visto que o Senhor Presidente da Câmara manifestou uma vez o apoio à luta dos moradores do bairro partimos do princípio que ele já assumiu uma posição, ele já está do lado dos moradores do Bairro. O que é que o Augusto a seguir pensou fazer, na minha opinião, já que consegui chegar aqui agora vou conseguir chegar mais longe, mais um passinho e então acusa o Presidente da Câmara de emitir documentos oficiais falsos, para quê? Para permitir que depois um conjunto de mafiosos, que está do lado detrás dele, venda casas do Bairro 1º de Maio e com isso ganhe fortunas, e quem é o visado principal? Aqui este vosso querido amigo que é o alvo a abater, sou eu o alvo a abater como Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo, porque enquanto eu lá estiver o Augusto não leva de lá nada quando eu de lá sair não sei se ele levará alguma coisa. -----*

*--Portanto antes de mais nada manifestar a minha solidariedade pela posição do Dr. Paulo Queimado, do Francisco Velez e perguntar ao Dr. Francisco Velez, no sentido em que eu assisti à vossa troca de correspondência, a última troca aliás a única, parece-me e que está lá no site, na página. -----*

*--Bom mas deixemos isso porque isso tem pouca importância. Eu gostava de perguntar, acho que chega ao momento em que a lei diz para a gente se despachar, a pergunta é em relação ao Senhor Presidente da Câmara:- O Senhor Presidente da Câmara tenciona continuar a manifestar o apoio aos moradores do Bairro? -----*

*--Segunda pergunta o Senhor Presidente Câmara tenciona manter-se em silêncio e não responder publicamente às provocações daquele sujeito? -----*

*--Em relação a este assunto tenho dito, se me permitir passo ao segundo assunto sucintamente e muito mais sucintamente, até porque este aqui não me apraz fazer perguntas. Eu queria apenas informar a assembleia Municipal da Chamusca, nesta data, de que por sua autorização em devido tempo a Câmara Municipal adquiriu um terreno em Vale de Cavalos em condições que eu considero absolutamente fraudulentas, da parte do vendedor evidentemente, em condições que não estão suficientemente esclarecidas e que era meu e que foi comprado pelo meu falecido pai no ano de 1993, e que neste momento de acordo com a lei é propriedade da Câmara Municipal da Chamusca”. -----*

*--Usando da Palavra o Senhor Presidente da Assembleia respondeu que relativamente ao segundo assunto o problema terá que ser resolvido com os serviços municipais, sendo que a Câmara Municipal não possui terrenos quem os tem é o Município. -----*

*--Quanto à anterior matéria apenas afirmou que não pediu nada a ninguém enquanto Presidente da Assembleia e que qualquer comentário ou resposta que tenha dado nas redes sociais foram enquanto Francisco Velez e como tal acha que nada o impede de o fazer. --*

*--Diz saber ao que o Senhor César Baixito se refere, mas na altura foram-lhe imputadas algumas afirmações em nome da Assembleia Municipal e a única coisa que fez foi dizer para não associarem a Assembleia Municipal a nada do que tenha dito. -----*

--Por sua vez o Senhor Presidente da Câmara relativamente à questão de que se manifesta apoio aos moradores do Bairro 1º de Maio afirmou que sim, assim como manifesta claramente apoio a todos os munícipes. -----

--Referiu tratar-se de uma situação muito grave relacionada com processos administrativos, que ao que parece não convêm a uma das partes, porém ele como Presidente da Câmara tem o dever de cumprir e fazer cumprir os processos administrativos. -----

--O problema do Bairro 1º de Maio advêm de um diferendo entre o Senhor e a Casa do Povo tendo o Município em determinada altura sido intermediário, interlocutor e mediador entre as partes deixando de o fazer porque uma das partes não entendia a posição da Câmara Municipal ao cumprir a legislação no processo administrativo sobretudo nas certidões negativas sobre os imóveis. Garantiu que da parte dos serviços Municipais tudo tem sido feito dentro da legalidade e sublinhou mais uma vez o seu apoio a todos os Munícipes nomeadamente aos moradores do Bairro 1º de Maio. -----

--Já sobre a Casa do Povo e seus associados trata-se de uma questão do foro do associativismo pelo que cabe também à Casa do Povo gerir os seus interesses principalmente no que está relacionado com o seu património. -----

--Sobre a outra questão e depois das acusações feitas apenas referiu que o Presidente da Câmara está a tomar as diligências judicialmente para que seja reposta a verdade num sítio público como é o facebook. -----

--O suporte digital encontrar-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio às atas, pelo que nas mesmas apenas se fará referências sumárias das intervenções realizadas durante o decorrer dos trabalhos. O suporte digital desta sessão será denominado de Sessão

*Ordinária de fevereiro de 2017. -----*

*--Nada mais ocorrendo, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa passo a assinar. -----*

---

---